



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL  
UNIPAMPA

Memorando Circular nº 003/2010/CONJUR/UNIPAMPA

Bagé, 14 de maio de 2010.

Para: Pró-Reitores e Diretores de Campi UNIPAMPA.

Assunto: **Intimações/Notificações de Ações Judiciais.**

Considerando o disposto no Art. 1º da Ordem de Serviço nº 03, de 19 de março de 2010, da Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e considerando o constante na Lei nº 12.016/09, Art. 7º, inciso I, referentes aos prazos concedidos para manifestação ao órgão da PGF sobre o interesse da UNIPAMPA em ingressar no feito e para que sejam prestadas as informações nos processos de ações judiciais, requeremos que, todas as **intimações ou notificações** de Mandado de Segurança ou de Ação Ordinária recebidas, inclusive aquelas em nome pessoal de Vossas Senhorias, sejam encaminhadas à Consultoria Jurídica para que esta providencie resposta ao Judiciário.

Atenciosamente,

**Zeneida M. Silveira**

Procuradora Federal

CONJUR/UNIPAMPA

## **ORDEM DE SERVIÇO Nº 03, DE 19 DE MARÇO DE 2010**

**A ADJUNTA DE CONTENCIOSO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 696, de 23 de julho de 2009,

Considerando a nova redação dos artigos 7º, II e 14, §2º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009;

Considerando o que dispõem os artigos 1º, 2º, §1º, III e 4º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007;

Considerando o estatuído no artigo 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995 e da Portaria AGU nº 408, de 23 de março de 2009 e

Considerando a necessidade de conferir tratamento uniforme às autarquias e fundações representadas judicialmente pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação, **resolve:**

**Art. 1º.** Para fins do disposto no art. 7º, II, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, ao receberem a notificação de que trata o inciso I do citado dispositivo legal, deverão, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, enviar, por meio eletrônico, ao órgão da PGF que possua a atribuição de representar judicialmente a respectiva entidade, manifestação sobre se há interesse em ingressar no processo judicial.

**§1º.** O Procurador-chefe da autarquia ou fundação pública federal pode apresentar manifestação geral no sentido de que deve sempre haver ingresso no feito para fins do disposto no art. 7, II, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, hipótese em que resta dispensada a manifestação específica do *caput*.

**§2º.** Eventuais divergências serão resolvidas nos termos do art. 8º da Portaria PGF nº 530, de 2007.

**Art. 2º.** Incumbe ao órgão de representação judicial da autarquia ou fundação pública federal formalizar ao juízo o interesse em ingressar no feito.

**Art. 3º.** As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais remeterão cópia das informações prestadas em mandado de segurança, no formato ".doc", do órgão de representação judicial respectivo, no mesmo prazo disponível para remetê-las ao Poder Judiciário.

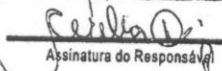
**Art. 4º.** Para fins do disposto no art. 14, §2º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, a representação da autoridade pelos órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal está condicionada ao preenchimento dos requisitos do artigo 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995 e da Portaria AGU nº 408, de 23 de março de 2009.

**Parágrafo único.** A representação de agentes públicos somente ocorrerá mediante expressa solicitação do interessado.

**Art. 5º.** Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

  
LUCIANA HOFF

Materia recebida em 23/3/2010  
às 15:04 horas, para publicação no Boletim  
de Serviço nº 12, de 26/3/2010

  
Assinatura do Responsável  
Cecília Maria Diniz Avelino  
Agente Administrativo  
Mat. SIAPE nº 451591